



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



O Ambiental do Jornalismo: diferentes perspectivas, diferentes práticas ¹

Ângela Camana ²

Resumo: Nas últimas décadas, observou-se um aumento do número de trabalhos que abordam o Jornalismo Ambiental, desenvolvidos principalmente no campo da Comunicação. Embora grande parte desta produção discorra sobre o que é Jornalismo, poucas são as investigações que se debruçam sobre o conceito de Ambiente. O objetivo deste trabalho, então, é, a partir da relação entre Sociedade e Natureza, discutir as possibilidades acerca da noção de Ambiente, e suas relações com o próprio Jornalismo. Este artigo, de caráter teórico e reflexivo, apresenta a percepção de Ambiente a partir de diferentes matrizes teóricas, dentre elas o Realismo, o Construtivismo e sínteses pós-coloniais. Conclui-se que é necessário delimitar o que entende-se por Ambiente ao se falar de Jornalismo Ambiental, pois as diferentes perspectivas teóricas evocam sentidos bastante diversos – os quais implicam na concepção e na prática do Jornalismo Ambiental.

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental. Ambiente. Natureza. Sociedade. Jornalismo.

1. Plano de voo

A partir da década de 1970, o planeta parece ter despertado para uma espécie de sensibilidade ecológica. Ainda que os resultados desse movimento sejam ainda tímidos e mesmo insuficientes, diversas esferas sociais passaram a incluir a dimensão ecológica em suas pautas, tecendo relações principalmente entre o crescimento das nações e os “recursos naturais” já escassos. A publicação mais conhecida a lançar luzes sobre o assunto data de 1972 e ainda hoje repercute: é o chamado relatório Meadows – *The limits to growth* (ou “Os limites do crescimento”). O documento,

¹ Este trabalho é derivado de reflexões realizadas durante a minha dissertação de mestrado, defendida em abril de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS), disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/116336>. Menciono também a importante colaboração do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq-UFRGS na construção dessa discussão, através de diálogos e tensionamentos permanentes acerca da prática e do pensar o Jornalismo e suas intersecções com o meio ambiente.

² Mestre em Comunicação e Informação pelo PPGCOM-UFRGS. Bacharela em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo e estudante de Ciências Sociais – Bacharelado na mesma Universidade. E-mail: angela.camana@hotmail.com.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



patrocinado pelo Clube de Roma, traz as conclusões de um estudo desenvolvido por pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (o MIT), que buscaram estimar o tempo necessário para o esgotamento dos recursos do planeta caso as tendências de crescimento de produção e o consumo se mantivessem as mesmas (PORTO-GONÇALVES, 2012). No mesmo ano, as Nações Unidas convocaram a Conferência de Estocolmo, na Suécia: este foi o primeiro grande encontro internacional no qual o debate estava centrado na questão do meio ambiente – ainda que este fosse evocado sempre em relação ao desenvolvimento ou ao crescimento. Ainda em 1972, na esteira das discussões de Estocolmo, a ONU criou o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), entidade que em 1983 lançou o relatório Brundtland, também conhecido por “Nosso futuro comum”: é neste documento que se populariza o conceito de “desenvolvimento sustentável” (REDCLIFT, 2002), a partir do questionamento dos modos de vida desiguais nas diferentes nações e criticando o consumo para além do suportável pelos ecossistemas.

Através de movimentos sociais (mas não apenas), a preocupação com o ambiente emerge da sociedade e aos poucos atinge também as esferas institucionais. Ao mesmo tempo, a reflexão se desloca para o domínio das Ciências, onde cada campo do conhecimento passa a se questionar sobre a importância de suas perspectivas (ou objetos de pesquisa) começarem a incluir também a natureza, que até então era objeto apenas do domínio das Ciências Naturais.

Tal reflexão chega também ao Jornalismo, que – de diversas maneiras – começa a considerar o meio ambiente em seu fazer. Independente da maneira como as práticas profissionais tenham sido modificadas, o debate ressoa na produção de conhecimento deste campo, pois pesquisadores passam a refletir sobre o que é e o que deve ser o Jornalismo Ambiental. Observando os diversos trabalhos que se debruçam sobre o Jornalismo Ambiental³, acredito que grande parte deles propõe uma ampla discussão sobre o *Jornalismo*, entretanto não são todos os que explicitam suas concepções do que é o *Ambiente*.

Compreendendo que Ambiente configura-se como uma categoria fundamental para a proposta de um Jornalismo Ambiental, penso ser necessário delimitar o termo. Deste modo, o

³ Esta observação é decorrente da pesquisa “O Estado da Arte da pesquisa em Jornalismo e Meio Ambiente e Jornalismo Ambiental no Brasil”, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq-UFRGS entre 2011 e 2014. O estudo mapeou 101 trabalhos sobre Jornalismo Ambiental desenvolvidos no Brasil entre 1987 e 2010.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



objetivo deste trabalho é, a partir da relação entre Sociedade e Natureza, discutir as possibilidades acerca da noção de Ambiente e suas relações com o próprio Jornalismo. Para tanto, proponho um panorama da compreensão do que é Ambiente (também lido como “Natureza”) a partir de diferentes matrizes teóricas, indo do Realismo (CATTON; DUNLAP, 1978) a perspectivas mais construtivistas (HANNIGAN, 2012; BECK, 2011; GIDDENS, 1991), trazendo também investidas pós-coloniais (ESCOBAR, 2011; PORTO-GONÇALVES, 2011 e 2012) e outras que podem ser consideradas pós-construcionistas (LATOUR, 2000 e 2013; entre outros). Com isso não almejo encerrar este debate, mas espero lançar pistas que contribuam para a construção do que é o Jornalismo Ambiental

2. De que ambiente estamos falando?

O debate ambiental conquistou as Ciências e também as Ciências Sociais se debruçaram sobre o tema: se o seu objeto por definição são as relações sociais e humanas, como apreender a Natureza? Esta questão não possui uma resposta única e consensual, mas dá origem a diferentes perspectivas, as quais, por sua vez, repercutem de modo divergente no fazer científico. Embora sejam muitos os teóricos que arriscaram uma resposta, aqui apresento de maneira geral as propostas de algumas escolas de pensamento: a Sociologia Ambiental, através do Realismo e do Construtivismo; de forma geral a Teoria da Estruturação e a Teoria da Sociedade Global dos Riscos; além de investidas pós-construcionistas e vertentes pós-coloniais⁴. Desse modo, ciente das limitações por se tratar de um sobrevoo, assumo o risco de apresentá-las de forma caricata, passando por cima das sutilezas de cada teoria. Ressalto, ainda, que a proposta de tal apresentação não é manter autores e perspectivas em categorias pré-determinadas e estanques: pelo contrário, creio que diversas aproximações entre as correntes teóricas são possíveis e mesmo profícuas.

Os anos 1970 marcam o despontar da ecologia e também nessa década o ambiente passa a ser pensado através das lentes das Ciências Sociais pelos americanos Catton e Dunlap (1978), os

⁴ Para uma excelente leitura acerca da questão ambiental nas Ciências Sociais, sugiro Fleury, Almeda e Premebida (2014). Guivant (2002) também propõe este debate em artigo acerca das implicações da Sociologia Ambiental no Desenvolvimento Rural sustentável e participativo.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



quais sugerem – de forma geral – tratar os problemas ambientais como problemas *reais*, ainda que respeitando uma certa especificidade. Ao perceberem que os trabalhos sociológicos da época partem de premissas antropocêntricas, os autores se empenham na delimitação de dois grandes eixos para as Ciências Sociais, definidos a partir da posição ocupada pela categoria Ambiente na análise: o HEP (Paradigma da Excepcionalidade Humana, em inglês: *Human Exemptionality Paradigm*); e o NEP (Novo Paradigma Ecológico, em inglês: *New Ecological Paradigm*). O HEP representa uma continuidade da Sociologia já exercida naquele momento, pois apreende a humanidade a partir da especificidade de suas características culturais que, de algum modo, seriam superiores às biológicas. Já o segundo modelo, de acordo com Fleury, Almeda e Premebida (2014), percebe a humanidade como apenas mais uma espécie partícipe do planeta. Há no NEP, então, uma prerrogativa sistêmica, pois aponta para uma ideia de dependência entre os seres.

O realismo de Catton e Dunlap (1978), apesar de inovador, não se propõe romper com o dualismo existente entre sociedade e natureza, mesmo que observe os dois polos em diálogo. Os problemas ambientais observados são causados pelos humanos, sem que se reflita acerca das diferentes percepções de tais conflitos, ou seja, sobre os sentidos atribuídos ao ambiente a partir dos agentes sociais envolvidos em algum grau. Ao pressuporem uma realidade objetiva e inequívoca das questões ambientais, os autores centram a capacidade de identificação nos sistemas peritos, ou seja, cabe à Ciência resolver os problemas.

Enquanto as investidas realistas pressupõem a concretude do mundo (isto é, o ambiente existe e é real), as teorias construtivistas são balizadas pelo extremo oposto: *tudo é construção social*. Assim, não há nada de real ou verdadeiro apenas por si, pois as coisas (e o ambiente) só se constituem em construção: esta concepção retira a hegemonia do conhecimento da Ciência e inclusive aponta as limitações tecnológicas e as incertezas científicas, de modo a legitimar outros agentes e mesmo outros saberes. Hannigan (2012) traz esta dimensão ao pontuar a dinamicidade dos problemas ambientais, pois estes são percebidos e construídos de forma coletiva, envolvendo múltiplos públicos e argumentos.

Central à construção social das questões e problemas ambientais é a ideia de *que eles não dependem de uma série de critérios fixos, associados e evidentes*. Ao contrário, seu progresso varia diretamente de acordo com o resultado do sucesso dos atores envolvidos, tais como cientistas, industriais, políticos, funcionários públicos, jornalistas e ativistas ambientais. (HANNIGAN, 2012, p. 99 [grifo meu]).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Desse modo, o ambiente não é estático e homogêneo, mas abarca uma multiplicidade de agentes sociais, os quais travam alianças e conflitos. Estudar questões ambientais em uma perspectiva construtivista, então, implica abandonar a ideia de que há algo real em si: abre-se espaço para observar representações e discursos em diferentes esferas, indo da produção de certezas científicas à sua comunicação pelo Jornalismo, sem esquecer as assimetrias entre os públicos afetados pelos problemas e os interesses dos agentes hegemônicos.

Na abordagem de questões ambientais, realismo e construtivismo possuem múltiplos pontos de divergência. Guivant (2002, p. 74) resume as diferenças entre estes quadros teóricos através de um julgamento recorrente:

Os realistas questionam os construtivistas por terem esvaziado a realidade dos problemas ambientais, caindo num relativismo que levaria à inação. Os construtivistas têm respondido que os realistas perdem de vista um aspecto central: como e por que determinados temas passam em certos momentos a ser considerados como relevantes e “reais”.

Apresentados aqui de forma quase que caricata, o realismo e construtivismo social na Sociologia Ambiental parecem ser miradas teóricas irreconciliáveis. Entretanto, há diversos esforços para superar tal dicotomia, os quais geram múltiplas e interessantes perspectivas: ou seja, não se trata de um sistema de pensamento binário, existem possibilidades no entremeio.

Saindo do escopo da Sociologia Ambiental, as ideias de Giddens (1991) e Beck (1997, 2011) têm ecoado em diversos trabalhos nos últimos anos. Ambos os autores propõem a reflexão acerca da relação sociedade-natureza (dentre outras relações) a partir de uma categoria chave, a “Modernidade”⁵ – que corresponde à dinâmica planetária hegemônica na atualidade. Embora estes autores cheguem a teorias e conclusões distintas, Giddens e Beck têm em comum a postura crítica à ideia de pós-modernidade, vinculando suas análises ao quadro moderno: não é sua pretensão, portanto, romper com o projeto moderno ou buscar alternativas à modernidade.

O quadro desenhado por Giddens possibilita examinar (ou mesmo prenciar) a passagem de um contexto de baixa modernidade (também denominada de modernidade simples) para a alta modernidade (ou modernidade reflexiva). Esta transformação traria consigo inúmeras

⁵ Não cabe a este trabalho deter-se na categoria Modernidade. Para tanto, sugiro as leituras de Giddens (1991) e Beck (2011), além da seguinte obra: BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; LASH, Scott. (Orgs). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



consequências, reestruturando as sociedades; as práticas sociais se reformulariam constantemente a partir dos conhecimentos por elas desenvolvidos – o que gera a chamada reflexividade. Esse questionar permanente dos saberes estabelecidos dá origem à ideia de riscos, noção que permite apontar e refletir sobre a instabilidade do mundo social. Isto é, o processo da globalização conduzirá os povos à alta modernidade, na qual os agentes operam de modo permanentemente reflexivo. Há, portanto, uma tentativa de aproximação entre a estrutura e a agência, ainda que a análise se incline para o lado do indivíduo: este quadro estruturacionista, entretanto, não parece suficiente (e nem se propõe a) eliminar a dualidade entre natureza e sociedade, de modo que o pensamento mantem as duas caixas separadas.

Costa (2004) traz mais uma ressalva às concepções do autor quando aponta a existência de um tom normativo à teoria de Giddens: localizado no cenário das sociedades “desenvolvidas” do Norte, o sociólogo por vezes toma o seu contexto imediato como mais complexo e mesmo mais avançado. Assim, Giddens acaba por hierarquizar modos de viver, sentir e pensar que são culturalmente distintos e atribui aos próprios o que Costa (2004, p. 91) denomina “monopólio na definição da boa vida”⁶.

A proposta de Beck (2011), por sua vez, tem nos riscos a categoria central. Estes, entretanto, são compreendidos de forma diferente do que aponta Giddens: os riscos surgem da própria modernidade e são internalizados pelas sociedades de alta reflexividade, pois têm alcance global. Ou seja, riscos e reflexividade são categorias vinculadas. A sociedade moderna é movida pelo desejo contínuo do progresso técnico e econômico e, conforme o autor (BECK, 1997, p. 12), “este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva.”.

A Sociedade de Risco é então um processo e um produto da modernidade. Nesta lógica, a Ciência retoma um papel fundamental na averiguação e na própria produção dos riscos. Os riscos, para Beck, são produzidos em escala industrial e são inerentes ao crescimento econômico: desse

⁶ Porto-Gonçalves (2012, p. 69), em nota de rodapé, traça uma crítica semelhante, ainda que a faça de maneira um pouco mais dura: “É interessante observar que Giddens e Beck não dizem sociedade moderno-colonial. Afinal, são europeus, e a clivagem que contraditoriamente constitui o que chama de modernidade – seu lado colonial – é olvidada. (...)”.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

modo, os riscos se alastram pelo planeta de forma quase que homogênea. Embora o autor pondere que o potencial de reação aos riscos não seja idêntico ao redor do globo, há pouca ênfase nas assimetrias sociais – dito de outra maneira, percebo que as disparidades existentes numa sociedade de classes e as diferenças históricas entre as nações são por vezes sublimadas em função da proeminência dos riscos generalizados.

As teorias revisitadas até o momento, ainda que guardem enormes diferenças entre si (que acarretam mesmo em objetos e métodos diversos), fazem parte de uma mesma ontologia. Como eixo comum a estas abordagens está a concepção básica de sociedade e ambiente empreendida: tratam-se de domínios diferentes, separados, não superando o par binário composto por humanidade e natureza.

Nesse sentido, as contribuições de autores “pós-construcionistas” vinculados a uma “virada ontológica” abrem um caminho interessante – e de ruptura – para se pensar o ambiente, como é o caso de Latour (2000, 2013), que defende o fazer científico a partir do rompimento de categorias estáticas e dualistas. Pensando a produção da Ciência e Tecnologia, Latour (1995, 2000, 2013) observa o privilégio dado à agência humana, ao passo que seres outros que humanos não têm sua agência reconhecida. Por exemplo, sempre que se menciona uma “descoberta” científica o protagonismo é dado ao sujeito cientista, mas a atividade da própria coisa “descoberta” não é ponderada: é esta visão que o autor busca superar, pois, para Latour (1995), a descoberta é simultânea, ou seja, cientista e coisa afetam-se mutuamente.

Esta perspectiva de questionamento da ordem binária do mundo atravessa sua obra, chegando à crítica do dualismo entre natureza e sociedade. A proposta, em sua radicalidade, é ainda uma tentativa de “reconciliação” (ou destruição das fronteiras) entre o realismo e o construtivismo. Ou seja, enquanto correntes vinculadas ao realismo concebem sociedade e natureza de forma isolada, sendo que a realidade que imana do ambiente determina a humanidade; e os adeptos do construtivismo invertem essa ordem ao propor que fatos e coisas só existem ao passo que são construídos e percebidos pelos agentes sociais; o pós-construcionismo esvazia o potencial explicativo totalizante de ambas as esferas: isto é, nem o social, nem o natural são capazes de explicar o mundo por si sós.

Assim, para esta perspectiva, natureza e sociedade não são categorias puras e existentes por

si, de modo que não podemos respeitar os supostos limites entre elas: nem uma nem a outra podem ser tomadas como definitivas, pois na verdade são criações altamente instáveis. O projeto moderno, entretanto, visa estabilizar esta separação entre sociedade e ambiente, e nesse esforço contínuo se prolifera aquilo que está no meio, os híbridos. De acordo com Latour (2013, p. 46), “o dualismo natureza/sociedade é indispensável aos modernos para que possam, justamente, aumentar a escala dos mistos entre objetos e sujeitos.”. Essa divisão, entretanto, pode ser rompida, a partir de uma virada no pensamento, na linguagem e nas práticas sociais. Uma síntese das diferenças entre as correntes de pensamento é apresentada no *Quadro 1 - Diferentes abordagens da relação sociedade-natureza* a seguir.

Correntes Teóricas	Relações entre ciências naturais e sociais	Relações entre sociedade e natureza	Relações entre leigos e peritos	Relações entre Indivíduos e Sociedade
Realismo	Modelo das ciências naturais para as ciências sociais (procura de leis universais e gerais, predomínio da sociedade sobre o indivíduo)	Sociedade e natureza completamente diferentes. Objeto de diferentes ciências	Crítica e ruptura com senso comum	Prioridade da totalidade social sobre os indivíduos
Construtivismo social	Ciências sociais com especificidade, mas com mesmo nível de objetividade das ciências naturais + modelo positivista das ciências naturais não questionado	Sociedade e natureza completamente diferentes. Objeto de diferentes ciências	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social	Prioridade da autonomia dos indivíduos frente à sociedade
Teoria da Estruturação	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas), mas com diferenças de objeto	Natureza socialmente construída. Não há uma natureza separada da sociedade ⁷	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social + reconhecimento do papel dos valores dos pesquisadores nas ciências naturais	Equilíbrio entre sociedade e agência
Teoria da sociedade global de riscos				Tendência a generalizar processos sociais. Maior influência da sociedade sobre os indivíduos na

⁷ Apesar do viés construcionista desta perspectiva, acredito que os esforços empreendidos por Giddens e Beck não rompem de todo com a separação entre natureza e sociedade. Em ambas as teorias, esta dualidade segue presente em maior ou menor grau.

				modernização simples e vice-versa na alta modernidade
Teoria do ator-rede	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas) e sem diferenças de objeto	Não há diferenças essenciais. Objeto das ciências sociais é focalizar redes sócio-técnicas (atores humanos e não-humanos)	Diferença entre conhecimento local (senso comum) e conhecimento científico. Este último tem condições de operar à distância, o que lhe dá mais poder	Pragmaticamente definida, incluindo-se também os híbridos não-humanos

Quadro 1: Diferentes abordagens da relação sociedade-natureza

Fonte: GUIVANT, 2002, p. 78.

Ainda que tal abordagem seja radical, Latour e outros autores pós-construcionistas não são os únicos a defenderem uma reconfiguração das categorias ambiente e sociedade. Embora não seja um eixo comum a todos os nesta corrente teórica, vários são os pensadores pós-coloniais e decoloniais que se debruçam sobre esta questão chegando a semelhante proposta: é necessário repensar os limites destes dois pólos e mesmo sublimá-los. Como ponto de partida, o pós-colonialismo critica a ideia de modernidade, pois esta traz consigo a dominação e opressão que os chamados povos do Sul já bem conhecem. Este processo e suas incongruências são explicitados por Porto-Gonçalves (2012, p. 61 [grifo do autor]): “O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!*”.

O projeto moderno, em uma abordagem pós-colonial, representa dominação, a qual se estende à própria natureza. Desse modo, reagir a tal processo envolve desconstruir a ideia de natureza e sociedade como pólos isolados, dualidade a qual faz a manutenção das relações colonizadoras. Um olhar pós-colonial permite ainda questionar a soberania da Ciência como produtora de verdades, abrindo espaço para outras formas de conhecimento, as quais também sejam vozes de resistência ao projeto moderno-colonial (ESCOBAR, 2005).

Assim, o processo de ruptura com as estruturas vigentes se dá a partir da desconstrução da lógica dualista, que opõe supostos pares, criando hierarquias. Essa ordem binária possibilita a dominação de uns pelos outros, assim como da natureza pela humanidade. A perspectiva pós-colonial trata, portanto, de uma abordagem epistemológica no fazer científico, mas também de uma postura ética e pessoal, pois ressalta e respeita a localidade dos saberes e práticas.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



3. Jornalismo Ambiental: pistas para um conceito

O Jornalismo Ambiental, tendo em vista que vários são os “ambientes” possíveis, pode dizer respeito a fazeres diferentes. Por um lado, é possível pensar em um fazer jornalístico que aborde temas ambientais como isolados da humanidade, ainda que esta possa interferir (positiva ou negativamente) na questão. É o caso, por exemplo, de algumas coberturas sobre o desmatamento na floresta amazônica – quando este é representado como um problema real, mas distante – ou mesmo acerca da crise da água em São Paulo – apontada como um problema de causas múltiplas (naturais e sociais), o qual compromete a vida da população – dentre tantas outras perspectivas. Este tipo de abordagem parece derivar de compreensões realistas ou construtivistas do que é o ambiente: no primeiro caso, problemas ambientais são apresentados como se sua existência fosse um fato objetivo, enquanto no segundo os conflitos ambientais são narrados da forma como os agentes envolvidos os percebem (o problema, muitas vezes, é ignorar uma importante parcela dos sujeitos implicados – geralmente aqueles que fazem parte do “senso comum”).

Ambas as perspectivas mantém separadas sociedade e natureza, ainda que por vezes demonstrem as reverberações dos problemas de um pólo no outro. Esta abordagem se aproxima do que alguns pesquisadores denominam “jornalismo de meio ambiente” (GIRARDI et al, 2013). Trata-se de uma prática que, mesmo que envolva reflexão, é fragmentada, pois não reconhece as intraconexões entre humanidade e ambiente – e menos ainda percebe a humanidade enquanto ambiente, ou seja, narra uma estrutura dualista. Dentre os problemas que se observam nesta concepção está a centralidade das vozes superespecializadas, que Bueno (2007) denomina “síndrome da *lattelização* das fontes”, em referência àqueles que possuem currículo na plataforma Lattes. O Quadro 1 já aponta esta implicação do realismo, que leva à ruptura e ao afastamento dos conhecimentos peritos em relação aos leigos. O construtivismo, por sua vez, permite a incorporação de outros agentes, mas não se preocupa em traçar uma rede entre os envolvidos.

Confome Bueno (2007, p. 36): “Como o saber ambiental, o Jornalismo Ambiental não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade.”. Esta defesa da necessidade de outras fontes, que é do domínio da prática, já traz em si pistas para outra perspectiva de ambiente. Ainda que traga o adjetivo Ambiental o caracterizando, cabe lembrar que o Jornalismo Ambiental é Jornalismo. Dentre tantas



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



maneiras as quais o Jornalismo pode ser pensado, aqui o compreendo como uma forma diferenciada de conhecimento (MEDITSCH, 1992, 2004; GENRO FILHO, 1989), a qual é atravessada por discursos que se confrontam (CHARAUDEAU, 2009; BENETTI, 2008). O Jornalismo Ambiental, por sua vez, não deixa de ser um saber sobre o mundo, nem um produto e uma prática permeados por diferentes discursos, os quais travam alianças e conflitos. Assim:

Entende-se o jornalismo ambiental como o trabalho de apuração de fatos e produção de notícias que, sendo voltado ao tema ambiental, é convocado a direcionar um olhar diferenciado sobre a realidade a ser relatada. Busca a inclusão da perspectiva holística e sua conexão inequívoca com o todo, produzindo notícias mais contextualizadas e menos fragmentadas. Desta forma, o jornalismo ambiental parte de uma nova concepção teórica-prática centrada no agir e no pensar o jornalismo, a partir da ótica da sustentabilidade do planeta, buscando a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, o aprofundamento do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente. (GIRARDI et al., 2013, p. 74).

Na mesma linha dessa argumentação, Loose (2010) explora as dimensões teóricas e práticas do Jornalismo Ambiental, aprofundando-as. Conforme a autora (LOOSE, 2010, p. 33), “o jornalismo especializado em meio ambiente vai além do conhecimento da temática, trazendo em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta.”. Há, portanto, um senso moral e ético no Jornalismo Ambiental, o qual diz respeito à percepção das intraconeções entre todos os seres. Trata-se, creio eu, de um Jornalismo que cultive uma nova fraternidade, a qual extrapola a relação entre os agentes humanos, instaurando uma espécie de irmandade e responsabilidade entre todos os seres.

Esta ideia remete a outro conceito de Ambiente, mais próximo de lógicas pós-constitucionistas e mesmo pós-coloniais (ou decoloniais). Como envolve um forte componente ético, penso que as sínteses pós-coloniais podem ter mais potência, pois dão mais ênfase às relações de poder e às enormes assimetrias entre humanos e não-humanos e também entre os próprios atores humanos.

A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser desconstruído por um sujeito, o *homem*, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que são proprietários da natureza. A grande maioria dos outros homens, não passa ela também, de objeto que pode até ser descartado. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 26-27 [grifo do autor]).

Por denunciar os dualismos que ratificam as estruturas de dominação, esta corrente teórica traz desdobramentos e ressoa em perspectivas importantes. É o caso, por exemplo, da própria



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



ecologia profunda e do ecofeminismo – eixo de debate que traz à tona as incongruências do projeto moderno-colonial, o qual para Shiva e Mies (1993, p. 202) é, em suma, o “projeto do Homem Branco”.

A ideia central do ecofeminismo é que classismo, racismo, sexismo, heterossexismo e especismo estão interconectados e se originam da mesma matriz: a lógica que entende a relação como dominação, portanto, é a matriz geradora dos ovos da serpente que precisa ser exterminada através da *ruptura com a lógica dualista*. (GARCIA, 2012, p.75 [grifo meu]).

É seguindo este olhar que proponho um Jornalismo Ambiental que pretenda desconstruir as dualidades, rompendo com as oposições entre sociedade/natureza, sujeito/objeto, entre outras. Tal processo de desconstrução conduz a uma reaproximação, na qual humanidade e natureza se percebam, mais do que inter-relacionadas, intraconectadas. Isto é, não existe espaço para a fragmentação, na qual cada elemento seria parte do todo: não há partes, há o Todo.

Lançando pistas para um conceito, caberia ao Jornalismo Ambiental algumas responsabilidades, pensadas sempre na permanente e (não tão) tênue tensão entre o saber e a prática (BUENO, 2007). A primeira delas diz respeito à informação, a qual tem caráter de serviço público: o jornalismo, por ofício, deve *fazer saber*. Apenas informar, entretanto, não basta ao Jornalismo Ambiental, o qual deve operar de uma perspectiva *educadora e política*. Ou seja, a partir da informação qualificada e contextualizada, este jornalismo deve empenhar-se em tomar sua parcela de responsabilidade no processo educativo, embora em sentido diferente daquele aplicado no ensino formal: é necessário transitar do conhecimento científico e suas incertezas aos saberes de outros sujeitos e povos, demonstrando a multiplicidade de cosmologias possíveis. Ao abrir-se para a diversidade, o Jornalismo amplia os horizontes de seus interlocutores, contribuindo para a construção de uma consciência crítica, a qual conduz a práticas cidadãs. Desse modo, a responsabilidade com a educação está umbilicalmente ligada ao caráter político do Jornalismo Ambiental, pois as e os jornalistas envolvidos nessa prática devem assumir suas posições, sempre comprometidos com a justiça social e ambiental. Ou seja, o Jornalismo Ambiental não cobra uma suposta neutralidade (tão defendida por algumas vertentes teóricas), mas do contrário exige uma postura ética e engajada, de modo que assume um potencial transformador e revolucionário.

Em resumo: o Jornalismo Ambiental é um saber e uma prática, sendo permeado pela tensão entre o comprometimento pessoal e a ética do ofício. Há portanto uma dimensão normativa, pois



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



exige engajamento com a justiça. É informativo, educativo e político, pois a partir da informação não-fragmentada empodera os interlocutores de modo a pensar, sentir e agir no mundo a partir de uma perspectiva comprometida com o ambiente, o que o torna revolucionário. Esta potencialidade, entretanto, só se aproxima da realização se o Jornalismo Ambiental promover uma permanente desconstrução das estruturas dualistas moderno-coloniais, as quais permitem a dominação e mantêm as hierarquias trans-históricas.

4. Por uma abordagem do Sul

É possível fazer um bom jornalismo que aborda temas ambientais partindo de diferentes premissas: *grosso modo*, é viável apontar os problemas (Realismo), ouvir os atores (Construtivismo Social) e desvendar os Riscos (Estruturação e Sociedade de Riscos). Cada uma dessas perspectivas engendra diferentes “ambientes”, o que leva a também diversas soluções, narrativas e protagonistas. Entretanto, em tempos de desafio ambiental, este jornalismo não é o suficiente.

O período que ora vivemos exige compromisso com a transformação e o Jornalismo Ambiental deve assumir sua parcela de responsabilidade no processo. A ruptura com o modelo de desenvolvimento atual, baseado em exploração da natureza e dos povos do Sul, é urgente e necessária: para isso, é imperioso romper com a lógica binária que opõe natureza e sociedade, mulheres e homens, coisas e agentes, entre tantos outros pares que em verdade sequer existem enquanto estáticos. O Jornalismo Ambiental, portanto, não pode seguir fazendo a manutenção da forma como a sociedade está estruturada hoje, mas sim articular a sua metamorfose, estimulando o potencial de mudança que está em cada um. Na mesma linha, cabe ao Jornalismo Ambiental incorporar diferentes conhecimentos, descolonizando e democratizando os saberes.

Acredito que este Jornalismo, que fomenta a cidadania e a justiça, pode vir a ser um “conceito do Sul”, balizado por perspectivas pós-coloniais; ou seja, uma teoria e prática que busquem pensar as assimetrias do globo e resistam ao imperativo de modernidade. Nesse sentido, é necessária uma prática polifônica, que beba dos saberes daqueles que têm algo a dizer. O Jornalismo Ambiental, entretanto, não é o único responsável pela mudança em curso, mas sim deve dar sua contribuição para a emergência de um novo paradigma. Esse caminhar rumo à mudança não é homogêneo: os percursos são vários, mas todos se encontram rumo à construção do novo.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Referências

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: _____; GIDDENS, Antony e LASH, Scott (Orgs). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 73-133.

_____. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 11-68.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, jun., p. 13-28, 2008.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 15, p. 33-44, jan.-jun, 2007.

CATTON, Willian R Jr; DUNLAP, Riley. Environmental Sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, v. 13, fev., p. 41-49, 1978.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social (USP)**, v. 16, n. 2, nov., p. 73-100, 2004.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologias de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo M. **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, p. 49-74, 2011.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan./abr., p. 34-82, 2014.

GARCIA, Loreley. **Meio ambiente e gênero**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, Cláudia; LOOSE, Eloisa Beling; NEULS, Gisele; MASSIERER, Carine; CAMANA, Ângela; GERTZ, Laura. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra. **Libero (FACASPER)**, v. 16, p. 71-80, 2013.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



GUIVANT, Julia. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 19, out., p. 72-88, 2002.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Porto Alegre: Vozes, 2012.

LATOUR, Bruno. Os objetos têm história? Encontros de Pasteur e Whitehead num banho de ácido láctico. **Manguinhos II(1)**: História, ciência e saúde, mar./jun., p. 7-26, 1995.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina. **Teoria da comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 363-378.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

REDCLIFT, Michael R. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 1, p. 124-136, 2002.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.